





Nº DO PROCESSO	0010996/2023	DATA DE ENTRADA	25/05/2023 13:22:34
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			
ASSUNTO			
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS			
COMPLEMENTO			
RECURSO CP03			

<b>REQUERENTE</b>	
SANTAFÉ IDEIAS INTELIGENTES EM MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA	
<b>TELEFONE</b>	<b>CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)</b>
(61) 3322-0507	

[illegible]

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO  
112333-EDUARDO DOS SANTOS SILVA--ASSESSOR 3 - AS 3



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARICÁ**

**REF.:** Concorrência Pública Nº 03/2023 da Prefeitura Municipal de Maricá

**SANTAFÉ IDEIAS INTELIGENTES EM MARKETING E COMUNICACAO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.998.358/0001-65, com endereço no Setor SCN, Quadra 5, Bloco A, s/n, sala 1109, Torre Sul, Brasília/DF, CEP: 70.715-900, vem, muito respeitosamente à Vossa presença, nos autos do processo licitatório sob epígrafe, apresentar

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

Em face da sua **inabilitação**, levada a efeito por esta ilustre comissão permanente de licitação em 18 de maio de 2023, que o faz pelas razões agora delineadas.

### **I. DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO**

A Lei 8.666/93, a qual rege o presente procedimento licitatório, regulamenta tanto a tempestividade quanto a legitimidade para a interposição desta espécie de recurso, conforme abaixo se observa da Lei de Licitações:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

 +55 61 3322-0507 +55 61 99623-5043

 [www.barretodolabella.com.br](http://www.barretodolabella.com.br)

 [barretodolabella@barretodolabella.com.br](mailto:barretodolabella@barretodolabella.com.br)

 Matriz: Ed. Corporate Financial Center,  
3º andar, Qd. 2, SCN, Bl A - Asa Norte,  
Brasília - DF, 70712-900

Fluor. Belo Horizonte | Monte Carmo | Salvador | São Luis | Vitória





I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante

Ainda, prevê o edital do presente procedimento licitatório:

19.1. Eventuais recursos referentes a presente concorrência deverão ser interpostos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata [...]

Da simples leitura da norma legal acima transcrita e do texto editalício também arrolado, vê-se que plenamente cabível se faz a interposição do presente recurso administrativo.

Ainda, observa-se também que a decisão de inabilitação da licitante Santafé ocorreu no dia 18/05/2023, mesma data em que foi lavrada a respectiva ata. Dessa forma, observando-se o prazo de 5 dias úteis para a sua interposição, tem-se que a presente demanda recursal é plenamente tempestiva.

## II. BREVE SÍNTESE FÁTICA

Foi publicado o edital da Concorrência Pública Nº 03/2023 da Prefeitura Municipal de Maricá, possuindo como objeto:

[...] a contratação de empresa prestadora de serviços de promoção, referentes à: a) prospecção, planejamento, desenvolvimento, formatação, organização coordenação de ações promocionais da Prefeitura Municipal de Maricá direcionadas ao público interno e externo, em território nacional; b) criação e execução técnica de ações e/ou materiais promocionais, no âmbito do contrato; c) criação, implementação e desenvolvimento de formas inovadoras de ações promocionais, destinadas a expandir os efeitos das ações da Prefeitura Municipal de Maricá junto a públicos de interesse, em consonância com novas tecnologias.

Assim, em 18 de maio de 2023 reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Maricá para proceder à realização da Concorrência Pública em

☎ +55 61 3322-0507 +55 61 99623-5043

🌐 [www.barretodolabella.com.br](http://www.barretodolabella.com.br)

✉ [barretodolabella@barretodolabella.com.br](mailto:barretodolabella@barretodolabella.com.br)

📍 Matriz: Ed. Corporate Financial Center,  
3º andar, Qd. 2, SCN, Bl A - Asa Norte,  
Brasília - DF, 70712-900





comento, momento em que compareceu ao certame a empresa **SANTAFÉ IDEIAS INTELIGENTES EM MARKETING E COMUNICACAO**, a qual restou inabilitada por ter apresentado Balanço Patrimonial, registrado junto ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, referente ao exercício de 2021.

Dessa forma, lavrou-se ata do certame, em que se expôs as razões da inabilitação, de forma que apontou a Comissão que deveria o Balanço Patrimonial ser referente ao exercício de 2022, uma vez que:

[...] Embora exista a Instrução Normativa n.º 2003/2021 [...] a Vice Presidente informou ao licitante que este Município tem entendimento no qual segue a previsão do art. 1.078 da Lei Federal 10.406/2002 (Código Civil), uma vez que a referida instrução normativa tem natureza jurídica de ato normativo e que estaria em confronto direto com uma norma federal. Nesse sentido, este Município entende que a documentação apresentada deve permitir o máximo de transparência referente à saúde financeira da empresa, que por sua vez seria melhor avaliada com o entendimento da previsão legal do código civil, qual seja, apresentação do Balanço Patrimonial registrado até o último dia do mês de abril [...]

Apesar do entendimento da Prefeitura, não se pode coadunar com a inabilitação desta recorrente, de forma que agora passa a expor as razões pelas quais deve ser imediatamente reabilitada no certame, sob pena deste Prefeitura Municipal convalidar violação ao Ordenamento Jurídico Brasileiro e á remansosa jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

### **III. DA IRREGULARIDADE E DA ILEGALIDADE DA DECISÃO DE INABILITAÇÃO DA SANTAFÉ IDEIAS INTELIGENTES EM MARKETING E COMUNICAÇÃO**

Antes de se demonstrar a direta violação da decisão em comentario ao Ordenamento Jurídico brasileiro, faz-se necessário expor o quadro principiológico em que se insere a atuação da Administração Pública brasileira e, *in casu*, da Prefeitura Municipal de Maricá.

Vejamos.



+55 61 3322-0507 +55 61 99623-5043



[www.barretodolabella.com.br](http://www.barretodolabella.com.br)



[barretodolabella@barretodolabella.com.br](mailto:barretodolabella@barretodolabella.com.br)



Matriz: Ed. Corporate Financial Center,  
3º andar, Qd. 2, SCN, Bl A - Asa Norte,  
Brasília - DF, 70712-900



## III.1. Da Necessária Observância aos Princípios da Legalidade e da Vinculação ao Instrumento Convocatório

É fato notório e inquestionável que deve a Administração Pública, em toda a sua atuação, estar diretamente vinculada às proposições da lei, ou seja, a Administração nada pode decidir ou exigir a não ser que a lei expressamente o determine ou requeira.

Dessa forma, em toda a sua atuação e, de igual forma, em todo procedimento licitatório, a Administração deve **observar de maneira plena as determinações legais e o arcabouço principiológico do direito pátrio, decorrência direta do Princípio da Legalidade**. Nesse sentir, valiosas são as lições de Celso Antônio Bandeira de Mello, segundo o qual: *“a administração é atividade subalterna à lei; que se subjugava inteiramente a ela; que está completamente atrelada à lei; que sua função é tão-só a de fazer cumprir a lei preexistente [...]”*<sup>1</sup>

O entendimento de respeito à legalidade pela Administração Pública alhures mencionado se encontra cristalizado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assim dispondo seu artigo de número 37: *“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”*

De igual modo, a legislação infraconstitucional sedimenta o princípio mencionado, estabelecendo o artigo 3 da Lei nº 8.666 de 1993 que:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os **princípios básicos da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatas.

Ainda, não somente não pode a Administração Pública violar preceitos explicitamente legais, **como também não pode violar os princípios inerentes ao Estado Democrático de Direito e que regem a vida administrativa brasileira**. Quanto a isto, Bandeira de Mello aduz:

<sup>1</sup> Curso de Direito Administrativo, 17ª ed., São Paulo: Malheiros, 2004, p. 94





**"Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio violado, porque **representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra**"<sup>2</sup>**

A conclusão que se obtém, portanto, é a de que não se pode **vislumbrar um procedimento licitatório em que, QUALQUER DE SUAS ETAPAS, esteja em desacordo com a lei.**

Consequência direta deste princípio é a **necessária observância às previsões constantes do edital da licitação, uma vez que é este o instrumento que – nos conformes da lei – vinculará toda a atuação da Administração Pública e os particulares no transcorrer do procedimento licitatório**, se atendo aos exatos termos do edital, o qual faz lei entre as partes.

Quanto ao princípio, prelecionam os juristas Marçal Justen Filho e Maria Sylvia Zanella Di Pietro, respectivamente:

**O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. [...] Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia.<sup>3</sup>**

**A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. E o art. 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital [...]<sup>4</sup>**

<sup>2</sup> Curso de Direito Administrativo, 14ª ed., São Paulo: Malheiros, 2002, p. 808.

<sup>3</sup> (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 10ª Ed., Dialética, 2004, p. 395

<sup>4</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia. Direito Administrativo, 12ª Ed., Atlas, p. 299





De igual forma, prevê a legislação pátria, em especial o artigo 3º, caput, da Lei 8.666/93 que assim determina:

Art. 3º **A licitação** destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos** da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nesse diapasão, a sólida jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas da União e do Colendo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

**A inabilitação com base em critério não previsto em edital** e a ocultação de informações relevantes à habilitação dos licitantes **ferem os princípios da legalidade, publicidade, do julgamento objetivo e da vinculação ao disposto no instrumento convocatório.**  
(TCU, Acórdão 6979/2014-Primeira Câmara, Enunciado, rel. Min. Augusto Sherman)

**As exigências de qualificação técnica devem ser objetivamente definidas no edital, sob pena de violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.**  
(TCU, Acórdão 2630/2011-Plenário, Enunciado, rel. Min Augusto Sherman)

**AGRAVO EM REPRESENTAÇÃO. INABILITAÇÃO INDEVIDA DE LICITANTE A PARTIR DE CRITÉRIOS NÃO PREVISTOS EXPRESSAMENTE NO EDITAL [...]**  
(TCU, Acórdão 317/2023 – Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler)

APELAÇÃO CÍVEL – DIREITO ADMINISTRATIVO – CONCURSO INTERNO – POLICIAL MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALTERAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DA PROVA POSTERIORMENTE A PUBLICAÇÃO DA LISTAGEM DOS CANDIDATOS APROVADOS – VIOLAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL – IMPOSSIBILIDADE – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO QUE SE IMPÕE – MANUTENÇÃO DO JULGADO.

[...] Ressalte-se que a Administração Pública não pode, durante o andamento do concurso, alterar as regras que estabeleceu para a classificação e aprovação dos candidatos, sob pena de ofensa aos princípios da boa fé e da segurança jurídica. Aplicação do princípio da



**vinculação do instrumento convocatório. Anulação do ato administrativo.** Manutenção do julgado que se impõe. Negado provimento ao recurso.

(TJ-RJ – APL: 00093045620178190023, Relator: Des(a). EDSON AGUIAR DE VASCONCELOS, Data de Julgamento: 27/10/2020, DÉCIMA SÉTIMA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 03/11/2020)

A conclusão que se chega é única: **em TODOS os atos do procedimento licitatório deve a Administração, e in casu a Prefeitura do Município de Maricá agir estritamente de acordo com as previsões do edital, especialmente na mais sensível fase do procedimento, a inabilitação de licitantes**, a qual somente pode ser causada por explícito descumprimento de exigência editalícia pelo licitante.

Assim, em situações que deixe a Administração Pública de agir *secundum legem* e segundo o edital no transcorrer da licitação, evidente que tal ato administrativo deve ser por ela anulado, sob pena de todos os atos posteriores e decorrentes do eivado de ilegalidade serem, de igual forma, declarados nulos.

### **III.2. Da Razão para Inabilitação da SANTAFÉ: não apresentação do Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2022**

Como se observa do quadro cênico acima apontado, possuía a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Maricá o DEVER, de quando da análise da documentação de habilitação apresentada por esta recorrente, **aferir a habilitação ou inabilitação dos licitantes seguindo os exatos termos do instrumento convocatório.**

Não obstante, como agora será demonstrado, **ao determinar a inabilitação da SANTAFÉ, a Comissão se apartou das exigências editalícias, e, assim, cometeu clara ilegalidade, violando** os preceitos da legalidade e da vinculação ao edital.

Nesse sentido, consoante as razões fáticas apresentadas e como se observa da ata da sessão em que se procedeu a inabilitação da recorrente, o mesmo se deu pelo suposto descumprimento do item 11.2.4, “b”, o qual exigia como documento de comprovação de qualificação Econômico-financeira a apresentação do “*balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei [...]*”.





Logo após, ao item 11.2.4, “b.3”, estabelecia-se que **o balanço patrimonial deveria estar “registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o tipo de empresa da licitante e apresentado de acordo com os incisos de I a III, ou no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED [...]”**

Assim, em exato cumprimento das exigências acima, **a SANTAFÉ apresentou – em 18/05/2023 – seu balanço patrimonial na modalidade de Escrituração Contábil Digital e registrado junto ao Sistema Público de Escrituração Digital referente ao último exercício exigível (2021), conforme regência da Instrução Normativa nº 2003/2021.**

Entretanto, apesar de ter cumprido com exatidão a exigência editalícia e ter se atido às possibilidades do instrumento, veio a licitante a ser inabilitada, momento em que se alegou que deixara de apresentar o **último balanço patrimonial exigível, o qual – no entender desta douda comissão – corresponde ao do exercício de 2022**, e não ao do exercício de 2021, conforme juntado.

Aqui é importante trazer à baila a razão de, no entender da comissão, ser o ano de 2022 o último exercício exigível, assim:

Embora exista a Instrução Normativa n.º 2003/2021, a qual prevê a exigência de registro do Balanço Patrimonial até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere à escrituração perante o SPED, a Vice Presidente informou ao licitante que este Município tem entendimento no qual segue a previsão do art. 1.078 da Lei Federal 10.406/2002 (Código Civil), uma vez que a referida instrução normativa tem natureza jurídica de ato normativo e que estaria em confronto direto com uma norma federal. Nesse sentido, este Município entende que a documentação apresentada deve permitir o máximo de transparência referente à saúde financeira da empresa, que por sua vez seria melhor avaliada com o entendimento da previsão legal do código civil, qual seja, apresentação do Balanço Patrimonial registrado até o último dia do mês de abril.

Dessa forma, o entender da Comissão se pauta em **um suposto confronto entre a data de exigibilidade do balanço patrimonial referente ao exercício de 2022**, apontando uma imaginável oposição entre as previsões do artigo 5º da Instrução Normativa 2003/2021 e o artigo 1.078, I, do Código Civil de 2002, os quais respectivamente preveem:





Art. 5º A ECD (Escrituração Contábil Digital) deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração.

Art. 1.078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, **nos quatro meses seguintes ao término do exercício social**, com o objetivo de:

**I – tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico**

O suposto conflito normativo suscitado, portanto, estaria no fato de, **sob a ótica da Instrução Normativa, o balanço patrimonial de 2022 apenas ser exigível a partir do último dia de maio**; e, sob a ótica do Código Civil, ser exigível a partir do último dia de abril, de forma que – filiando-se a Prefeitura Municipal à previsão do Código Civil – no dia 18 de maio de 2023, momento em que se abriu a documentação de habilitação, o balanço patrimonial exigível seria o referente ao ano de 2022, fato esta que justificaria a inabilitação desta licitante.

Entretanto, **inexiste qualquer conflito entre a Instrução Normativa e o Código Civil, mas tão somente se observa duas previsões de exigibilidade para duas formas de escrituração contábil distintas**. Ou seja, não há que se ponderar entre a aplicação de uma ou outro ao caso concreto, mas **há de se observar a modalidade de escrituração contábil utilizada**.

Nessa senda, enquanto **a IN 2003/2021 diz respeito ao Balanço Patrimonial realizado na modalidade de Escrituração Contábil Digital e registrado no Sistema Público de Escrituração Digital**, o Código Civil faz referência ao Balanço Patrimonial realizado em sua tradicional modalidade e registrado junto à Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

O que se observa são duas modalidades de registro e apresentação de Balanço Patrimonial completamente distintas, de forma que **sobre a égide da primeira, a exigibilidade do Balanço Patrimonial do ano de 2022 se daria somente a partir do último**



**dia de maio de 2022;** e já sobre a égide da segunda, a exigibilidade do Balanço Patrimonial de 2022 se daria já no último dia de abril.

Portanto, a pergunta que nesse momento se tece é: **qual das duas modalidades de apresentação e registro de balanço patrimonial o edital do presente procedimento licitatório exigiu?**

Conforme a leitura do 11.2.4, “b.3”, tem-se que o edital não promoveu qualquer exclusão entre as duas e não condicionou a apresentação do balanço patrimonial à uma das modalidades acima, ao revés e ao contrário, **POSSIBILITOU A APRESENTAÇÃO EM AMBAS AS FORMAS:**

O balanço patrimonial deverá estar registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o tipo de empresa da licitante e apresentado de acordo com os incisos de I a III, ou no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, apresentado conforme inciso IV [...]

Assim, a modalidade de Balanço Patrimonial a ser apresentado pela Recorrente é, necessariamente, via SPED, haja vista que o seu regime de tributação é o lucro real. Isto é, não tratava-se de opção ou não em relação à adoção da IN 2003/2021, mas sim verdadeira obrigatoriedade, dada a peculiaridade do regime de tributação da Recorrente.

Dessa forma, considerando ser a apresentação no dia 18 de maio de 2023, o licitante sujeito à escrituração via SPED, poderia apresentar o balanço patrimonial relativo ao exercício de 2021, **vez que a exigibilidade do exercício de 2022 apenas se daria a partir do último dia deste mês de maio, vide artigo 5º da IN 2003/2021.**

A segunda pergunta que se põe é: **qual a modalidade de balanço patrimonial que a SANTAFÉ apresentou?** Foi apresentado ao dia 18 de maio de 2023 o balanço patrimonial registrado junto à Junta Comercial/Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou registrado junto ao SPED?

Observando-se a documentação anexa e considerando os documentos em posse desta ilustre Comissão de Licitação, é translúcido que o **balanço patrimonial apresentado por esta recorrente foi o registrado junto ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED),**





concluindo-se, a partir de tal constatação, que em 18 de maio deste ano o exercício exigido no balanço patrimonial da SANTAFÉ era o do ano de 2021, e não o do ano de 2022, como erroneamente alega a Comissão.

Logo, considerando a obrigatoriedade de apresentação do balanço patrimonial junto ao SPED, era plenamente lícito a esta recorrente apresentar balanço patrimonial relativo ao exercício de 2021, conforme prevê a Instrução normativa 2003/2021, não se vislumbrando – assim – qualquer razão para sua inabilitação do certame.

De fato, se houvesse escolhido a apresentação do balanço na outra modalidade, o mesmo deveria referir-se ao exercício de 2022. Não obstante, tendo deixado o edital a escolha à critério do licitante, plenamente lícita foi a apresentação do balanço patrimonial registrado no SPED e relativo ao ano de 2021, uma vez que o referente ao ano de 2022 só será exigível a partir do último dia do presente mês (31/05/2023), como claramente dispõe a IN.

Conclui-se, assim, que preencheu a licitante as exigências do edital, **não podendo ser inabilitado pelo não preenchimento de requisito que sobre ele não recaía**, ato este não somente errôneo e equivocado, mas também eivado de ilegalidade, uma vez que **inabilita licitante com suporte em previsão que sobre ele não recaía**, haja vista a sujeição ao regime de escrituração específico via SPED, violando diretamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto de forma clara ao artigo 31 da lei 8.666/93.

A tese aqui exposta ganha reforço com o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre o tema.

Com efeito, no Acórdão nº 472/2016, o Plenário daquela Corte Contas decidiu que o prazo de 31 de abril presente no Código Civil teria relação apenas com a deliberação da assembleia de sócios sobre o balanço patrimonial e não com a publicação, *in verbis*:

### Conclusão

*28. O pedido de inabilitação de empresa que utiliza a escrituração eletrônica com o fundamento de que em 22/5/2015 ela deveria apresentar documentos que tinham prazo de apresentação até 30/6/2015 é improcedente. Frise-se que o prazo previsto no Código*





*Civil: 30/4/2015, refere-se à deliberação da assembleia de sócios sobre o balanço patrimonial e **não** a sua publicação. O fato da empresa apresentar documentação referente ao exercício de 2013 em 22/5/2015 encontra respaldo na IN 1.420/2013 da Receita Federal, pois as empresas que adotam o regime de tributação vinculado ao Sped, a exigência para apresentação dos documentos relativos ao exercício imediatamente anterior só se inicia a partir de 30 de junho do exercício atual. Dessa forma, avalia-se que há de existir um interregno entre as deliberações (30 de abril) e sua respectiva publicação (30 de junho), o que afastaria qualquer ilegalidade na conduta do Dnit em habilitar a vencedora do certame licitatório em tela.*

De igual forma, o Acórdão 119/2016-Plenário-TCU não vislumbra conflito entre as duas datas, a do Código Civil e a da Instrução Normativa da Receita. Reconhece a possibilidade de adoção das duas, *in verbis*:

*Em apertada sínteses, somente quando a convocação de licitante – que tem como regime de tributação o lucro real ou o lucro presumido – para a apresentação da documentação prevista no art. 31, inciso I, da Lei 8.666/93 ocorrer após o último dia do mês de junho (a data da IN da Receita foi depois alterada para 31 de maio) de determinado exercício social, a documentação a ser apresentada no certame relativa ao “balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social” será realmente a pertinente ao exercício social anterior àquele em que fora efetivada a referida convocação.*

Portanto, restando claro que, **para inabilitar a licitante, a Comissão de Licitação se afastou do edital ao exigir requisito que sobre a SANTAFÉ não podia recair, consubstanciada** está direta afronta e escrachada violação ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, sendo **DEVER IMPERATIVO E IMEDIATO DESTA COMISSÃO promover a reabilitação da SANTAFÉ IDEIAS INTELIGENTES EM MARKETING E COMUNICAÇÃO no certame**, posto que não somente preenche TODOS os requisitos previstos no edital, mas também o faz de forma sobejante.



### III.3. Da Incidência do Princípio do Formalismo Moderado: possibilidade de recebimento posterior da documentação exigida

Neste ponto já resta translúcido para esta ilustre comissão que tendo o **edital reconhecido a possibilidade de apresentação do balanço patrimonial por diversas formas**, e sendo esta licitante obrigada a fazê-lo por meio do SPED, plenamente lícita e possível era a apresentação – em 18 de maio de 2023 – do balanço referente ao ano de 2021, razão pela qual se impõe a imediata reabilitação da SANTAFÉ.

Não obstante, caso não seja este o entender da Comissão, é de bom alvedrio trazer à baila o princípio do formalismo moderado e da instrumentalidade das formas, cuja incidência sobre o mencionado procedimento licitatório torna plenamente possível a posterior juntada de documentação de habilitação faltante ou marcada de erro que, todavia, seja sanável.

Como é cediço, a busca por formalidades em um procedimento licitatório não consubstancia fim em si mesmo, mas caminho para atingimento de certo objetivo, ou seja, **busca-se acima de tudo a consecução de um fim, e não a supervalorização de um meio.** Fim este que, nos procedimentos licitatórios, deve “[...] *assegurar a seleção da proposta mais vantajosa [...]*” para a Administração Pública, *in casu*, para o Município de Maricá. , Portanto, **o foco das contratações públicas é a garantia da proposta mais vantajosa**, de forma que, **em busca desta, não se pode atuar de forma extremamente formalista na análise dos atos que envolvam a administração.**

Com efeito, o princípio do formalismo moderado significa, no processo administrativo, a adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados (art. 2º, par. único, IX, Lei n.º 9.784/99), de maneira que **o conteúdo deve prevalecer sobre o formalismo extremo.**

Nesse sentir, entendeu o Egrégio Tribunal de Contas da União, no Acórdão 357/2015 (plenário):

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve **pautar-se pelo princípio do formalismo moderado**, que prescreve a **adoção de formas simples** e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, **promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo**





**extremo**, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (grifo nosso)

Por conta da incidência do princípio do formalismo moderado na instância administrativa, torna-se reprovável aferrar-se o Estado a rigores formalísticos para a prática de atos procedimentais cuja finalidade é atendida de outro modo. Respeitada a segurança procedimental e a certeza jurídica do fim colimado no ato, **não há lugar para o processo licitatório transmutar-se num fim em si mesmo, passando ele próprio a ser a causa de não se atingir um direito.**

Nesse rol de ideias, a **licitação e os atos que a constituem devem ser observados como meio, ferramenta e instrumento para a consecução do interesse da Administração Pública**, o foco é o cumprimento dos objetivos dessa, e a lupa não deve incidir com mais precisão sobre a forma e preenchimento de exigências tão somente formais, mas sim sobre a conclusão da licitação e a garantia da maior vantagem ao ente público.

**Impossível, portanto, é pensar que o excessivo rigor formal venha a ter mais importância que a consecução do resultado.**

Dessa forma, no processo licitatório **não deve imperar a sacralidade das formas, mas sim a instrumentalidade**, de sorte que os atos processuais produzem efeitos jurídicos regulares se, mesmo quando não observada certa procedimentalidade ou cumprida determinada requisição formal, a finalidade buscada possa ser alcançada de outro modo.

Dessa forma, a **tônica a reger este Município em todos os seus procedimentos deve ser justamente a acima apontada, apartando-se do rigor formal excessivo e buscando sempre contemplar a consecução de um objetivo**, apesar de possíveis erros de natureza tão somente formal.

Nesse sentido, visando contemplar o ente licitante com um maior número de propostas e de garantir a consecução da contratação, é que antes de se promover a inabilitação dos licitantes por mínimas falhas formais, possui a Administração o DEVER de promover diligências





para correção dessas falhas sanáveis ou permitir a juntada de documentação que preencha o fim buscado.

Assim, já é robusta a jurisprudência do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

**“[...] a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.**

(TCU, Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, Dj. em 26.05.2021.) – grifamos

**“É lícita a admissão da juntada de documentos, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre as licitantes.”**

(TCU, Enunciado, Acórdão 966/2022, do Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler.) – grifamos

**Na falta de documento relativo à fase de habilitação em pregão que consista em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, deve o pregoeiro conceder-lhe prazo razoável para o saneamento da falha, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999.**

(TCU, Enunciado, Acórdão 988/2022, do Plenário, Rel. Min. Antonio Anastasia.) – grifamos

**A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência.**

(TCU, Enunciado, Acórdão 2443/2021, do Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman.) – grifamos

**[...] retorne o pregão eletrônico 62/2022 à fase de aceitação/julgamento de propostas, tendo em vista que a não realização de diligências junto às empresas Websis Tecnologia e**



Sistemas Ltda. e Osas Tecnologia da Informação S.A., com a finalidade de complementar as informações constantes dos atestados de capacidade por elas apresentados para comprovar o atendimento às exigências de qualificação técnica exigidos no edital, fere o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1999 e a inteligência do Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, no sentido de que a desclassificação de licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado [...]

(TCU, Acórdão 394/2023 do Plenário, Rel. Min. Weder Oliveira.) – grifamos

Ante o exposto, caso remanesça o entendimento desta douta comissão pela impossibilidade de aceite do Balanço Patrimonial do ano de 2021 – o que se admite somente por argumentar -, apesar do mesmo ser plenamente legal e estar em exato acordo ao edital, e sabendo-se que tal documentação evidentemente atesta condição pré-existente, **é DEVER desta Comissão Permanente operar recebimento do Balanço Patrimonial da SANTAFÉ relativo ao exercício de 2022, o qual segue à este recurso devidamente anexado**, sob pena de – não o fazendo – incorrer em violação ao princípio do formalismo moderado, da instrumentalidade das formas e ir em completa oposição ao sólido entendimento do Tribunal de Contas da União.

Na remota hipótese de não serem admitidos os argumentos esposados no presente Recurso, o que se admite somente para argumentar, deve ser destacado que é dever da Administração Pública aplicar a norma contida no §3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe:

Art. 48 [...]

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.

Em outras palavras, mantida a decisão de inabilitação da Recorrente - o que se considera somente por apego ao debate – o Município de Maricá é obrigado a intimar a





Recorrente a apresentar nova documentação escoimada dos vícios que esta Comissão entende como existentes.

#### IV. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer:

- a) **A total procedência dos pedidos para**, em respeito à legalidade e ao exigido pelo edital, **reabilitar estar recorrente de imediato no certame**, vez que cumpriu com sobras os requisitos e exigências de habilitação, apresentando o Balanço Patrimonial SPED do último exercício exigível.
- b) **Subsidiaria ou alternativamente**, não entendendo esta ilustre Comissão pelo cumprimento das exigências pela recorrente, **que** – em nome dos princípios do formalismo moderado e instrumentalidade das formas que estão a reger este procedimento – **receba o Balanço Patrimonial relativo ao exercício de 2022, o qual segue em anexo, e promova a reabilitação da Santafé.**

EDVALDO COSTA  
BARRETO  
JUNIOR:00859477509

Assinado de forma digital por  
EDVALDO COSTA BARRETO  
JUNIOR:00859477509  
Dados: 2023.05.25 09:21:12 -03'00'

**EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR**

**OAB/DF 29.190**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** RODRIGO KAISER SACCONE  
Data: 25/05/2023 08:57:52-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**SANTAFÉ IDEIAS INTELIGENTES EM MARKETING E COMUNICACAO.**

CNPJ: 37.998.358/0001-65

RODRIGO KAISER SACCONE

Diretor Executivo – CEO

CPF: 002.447.870-93

RG: 8084745531 - SSP/RS

+55 61 3322-0507 +55 61 99623-5043

[www.barretodolabella.com.br](http://www.barretodolabella.com.br)

[barretodolabella@barretodolabella.com.br](mailto:barretodolabella@barretodolabella.com.br)

Matriz: Ed. Corporate Financial Center,  
3º andar, Qd. 2, SCN, Bl A - Asa Norte,  
Brasília - DF, 70712-900

Filiais: Belo Horizonte | Monte's Clares | Salvador | São Luis | Vitória

# TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: SANTAFE IDEIAS E COMUNICACAO LTDA  
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 37.998.358/0001-65  
 Número de Ordem do Livro: 33  
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

## TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial SANTAFE IDEIAS E COMUNICACAO LTDA  
 NIRE 53200640635  
 CNPJ 37.998.358/0001-65  
 Número de Ordem 33  
 Natureza do Livro Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral  
 Município Brasília  
 Data do arquivamento dos atos constitutivos 15/03/1993  
 Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária  
 Data de encerramento do exercício social 31/12/2022  
 Quantidade total de linhas do arquivo digital 5358

## TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial SANTAFE IDEIAS E COMUNICACAO LTDA  
 Natureza do Livro Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral  
 Número de ordem 33  
 Quantidade total de linhas do arquivo digital 5358  
 Data de inicio 01/01/2022  
 Data de término 31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C0.25.31.93.3D.B4.DC.D0.56.79.7E.47.55.84.7C.BA.1B.93.5E.FB-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

Página 1 de 1



# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



**Entidade:** SANTAFE IDEIAS E COMUNICACAO LTDA  
**Período da Escrituração:** 01/01/2022 a 31/12/2022 **CNPJ:** 37.998.358/0001-65  
**Número de Ordem do Livro:** 33  
**Período Selecionado:** 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R\$ 0,00	R\$ 1.379.073,91
Receitas de Serviços Prestados		R\$ 0,00	R\$ 1.379.073,91
Serviços Prestados		R\$ 0,00	R\$ 1.379.073,91
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R\$ 0,00	R\$ (119.289,92)
(-) Impostos e Contribuições sobre Receita Operacional		R\$ 0,00	R\$ (119.289,92)
(-) COFINS		R\$ 0,00	R\$ (41.372,21)
(-) PIS		R\$ 0,00	R\$ (8.963,99)
(-) ISS		R\$ 0,00	R\$ (68.953,72)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) (-) CUSTO DOS SERVIÇOS VENDIDOS		R\$ 0,00	R\$ (794.111,89)
(-) Custos dos Serviços Prestados		R\$ 0,00	R\$ (794.111,89)
(-) Custos dos Serviços Vendidos		R\$ 0,00	R\$ (794.111,89)
(-) (-) DESPESA OPERACIONAL		R\$ 0,00	R\$ (281.942,03)
(-) Despesas Administrativas		R\$ 0,00	R\$ (276.446,47)
(-) Despesas Administrativas		R\$ 0,00	R\$ (208.830,42)
(-) Despesas com Pessoal		R\$ 0,00	R\$ (61.017,69)
(-) Pró-Labore		R\$ 0,00	R\$ (6.598,36)
(-) Despesas Financeiras		R\$ 0,00	R\$ (2.904,46)
(-) Juros por Empréstimos Tomados		R\$ 0,00	R\$ (2.614,64)
(-) Juros Passivos		R\$ 0,00	R\$ (289,82)
(-) Outras Despesas Operacionais		R\$ 0,00	R\$ (2.591,10)
(-) Outras Despesas Operacionais		R\$ 0,00	R\$ (1.265,13)
(-) Despesas com Depreciações		R\$ 0,00	R\$ (1.325,97)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS		R\$ 0,00	R\$ 40.204,76
Descontos Obtidos		R\$ 0,00	R\$ 40.204,76
Receita s/ Aplicações Financeiras		R\$ 0,00	R\$ 1.323,14
Outras Receitas		R\$ 0,00	R\$ 38.881,62
(-) (-) PROVISÕES PARA CSLL E IR		R\$ 0,00	R\$ (138.043,23)
(-) Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		R\$ 0,00	R\$ (39.717,32)
(-) Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		R\$ 0,00	R\$ (39.717,32)
(-) Provisão para Imposto de Renda		R\$ 0,00	R\$ (98.325,91)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C0.25.31.93.3D.B4.DC.D0.56.79.7E.47.55.84.7C.BA.1B.93.5E.FB-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

Página 1 de 2

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: SANTAFE IDEIAS E COMUNICACAO LTDA  
Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 37.998.358/0001-65  
Número de Ordem do Livro: 33  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Provisão para Imposto de Renda		R\$ 0,00	R\$ (98.325,91)
(-) PARTICIPAÇÕES		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		R\$ 0,00	R\$ 85.891,60

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C0.25.31.93.3D.B4.DC.D0.56.79.7E.47.55.84.7C.BA.1B.93.5E.FB-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

Página 2 de 2



## BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: SANTAFE IDEIAS E COMUNICACAO LTDA  
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 37.998.358/0001-65  
 Número de Ordem do Livro: 33  
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 5.006.962,32	R\$ 5.109.252,02
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 3.372.921,21	R\$ 3.476.536,88
Disponibilidades		R\$ 2.135,85	R\$ 41.628,73
Caixa		R\$ 252,39	R\$ 252,39
Bancos conta Movimento		R\$ 0,00	R\$ 35.782,97
Banco Conta Aplicações		R\$ 1.883,46	R\$ 5.593,37
Créditos		R\$ 1.941.734,64	R\$ 2.168.873,61
Duplicatas a Receber		R\$ 1.757.191,03	R\$ 1.901.556,94
Adiantamentos a Terceiros		R\$ 184.543,61	R\$ 267.316,67
Imposto a Recuperar		R\$ 238.172,47	R\$ 246.230,96
Tributos a Recuperar		R\$ 232.156,47	R\$ 237.470,01
Tributos Estaduais a Recuperar		R\$ 0,00	R\$ 2.744,95
Impostos e Contribuições a Recuperar		R\$ 6.016,00	R\$ 6.016,00
Garantias Contratuais		R\$ 1.190.878,25	R\$ 984.303,58
Garantias Contratuais		R\$ 1.186.395,36	R\$ 979.820,69
Adiantamento a Funcionários		R\$ 4.482,89	R\$ 4.482,89
Outros Créditos		R\$ 0,00	R\$ 35.500,00
Outros Créditos		R\$ 0,00	R\$ 35.500,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 1.634.041,11	R\$ 1.632.715,14
Creditos a Longo Prazo		R\$ 427.156,71	R\$ 427.156,71
Duplicatas a Receber LP		R\$ 28.387,57	R\$ 28.387,57
Despesas Antecipadas LP		R\$ 398.769,14	R\$ 398.769,14
Investimentos		R\$ 1.185.228,00	R\$ 1.185.228,00
Obras de Arte		R\$ 1.185.228,00	R\$ 1.185.228,00
Imobilizado		R\$ 21.656,40	R\$ 20.330,43
Instalações		R\$ 105.422,63	R\$ 105.422,63
Máquinas e Equipamentos		R\$ 93.324,26	R\$ 93.324,26
Móveis e Utensílios		R\$ 61.608,42	R\$ 61.608,42
Veículos		R\$ 200.656,69	R\$ 200.656,69
(-) (-) Depreciações Acumuladas		R\$ (439.355,60)	R\$ (440.681,57)
PASSIVO		R\$ 5.006.962,32	R\$ 5.109.252,02
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 1.885.488,53	R\$ 1.994.215,91

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C0.25.31.93.3D.B4.DC.D0.56.79.7E.47.55.84.7C.BA.1B.93.5E.FB-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

Página 1 de 3

## BALANÇO PATRIMONIAL

**Entidade:** SANTAFE IDEIAS E COMUNICACAO LTDA  
**Período da Escrituração:** 01/01/2022 a 31/12/2022 **CNPJ:** 37.998.358/0001-65  
**Número de Ordem do Livro:** 33  
**Período Selecionado:** 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Fornecedores		R\$ 1.130,89	R\$ 1.130,89
Fornecedores		R\$ 1.130,89	R\$ 1.130,89
Obrigações com Pessoal		R\$ 303.974,51	R\$ 319.320,89
Salários a Pagar		R\$ 298.189,44	R\$ 308.142,42
Pró-Labore a Pagar		R\$ 5.785,07	R\$ 11.178,47
Obrigações Fiscais		R\$ 675.877,30	R\$ 676.557,97
Impostos e Contribuições a Recolher		R\$ 439.649,34	R\$ 440.330,01
IRRF a Recolher		R\$ 236.227,96	R\$ 236.227,96
Obrigações Sociais		R\$ 347.151,47	R\$ 355.991,48
INSS a Recolher		R\$ 311.818,32	R\$ 318.431,11
FGTS a Recolher		R\$ 34.372,53	R\$ 36.599,75
Contribuição Sindical a Recolher		R\$ 960,62	R\$ 960,62
Obrigações Provisionadas		R\$ 486.813,36	R\$ 570.673,68
Provisão para IRPJ		R\$ 228.886,58	R\$ 286.820,32
Provisão para CSLL		R\$ 257.926,78	R\$ 283.853,36
Empréstimos		R\$ 70.541,00	R\$ 70.541,00
Empréstimos		R\$ 70.541,00	R\$ 70.541,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 1.702.829,57	R\$ 1.603.196,57
Obrigações a Longo Prazo		R\$ 426.923,30	R\$ 426.923,30
Empréstimos e Financiamentos		R\$ 426.923,30	R\$ 426.923,30
Títulos a Pagar a Longo Prazo		R\$ 736.330,05	R\$ 636.697,05
Títulos a Pagar a Longo Prazo		R\$ 736.330,05	R\$ 636.697,05
Receitas de Exercícios Futuros		R\$ 539.576,22	R\$ 539.576,22
Adiantamento de Clientes		R\$ 539.576,22	R\$ 539.576,22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 1.418.644,22	R\$ 1.511.839,54
Capital Social		R\$ 1.680.000,00	R\$ 1.680.000,00
Capital Social		R\$ 1.680.000,00	R\$ 1.680.000,00
(-) Lucros ou Prejuízos do Período		R\$ (87.030,16)	R\$ 93.195,32
(-) (-) Prejuízo do Período		R\$ (87.030,16)	R\$ 0,00
Lucro do Período		R\$ 0,00	R\$ 85.891,60
Ajustes de Exercícios Anteriores		R\$ 0,00	R\$ 7.303,72
(-) Lucros ou Prejuízos		R\$ (174.325,62)	R\$ (261.355,78)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C0.25.31.93.3D.B4.DC.D0.56.79.7E.47.55.84.7C.BA.1B.93.5E.FB-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

Página 2 de 3



## BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: SANTAFE IDEIAS E COMUNICACAO LTDA  
Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 37.998.358/0001-65  
Número de Ordem do Livro: 33  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
(-) ( - ) Prejuízo Acumulado		R\$ (174.325,62)	R\$ (261.355,78)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C0.25.31.93.3D.B4.DC.D0.56.79.7E.47.55.84.7C.BA.1B.93.5E.FB-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

## DADOS DAS ASSINATURAS



Entidade: SANTAFE IDEIAS E COMUNICACAO LTDA  
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 37.998.358/0001-65  
 Número de Ordem do Livro: 33

### Dados das Assinaturas da Escrituração

Qualificação do Assinante	Contador
Tipo do Certificado	Pessoa Física
CPF / CNPJ	998.961.171-87
Nº de Série do Certificado	8966536377222902251
Nome do Signatário	PATRICIA DA SILVA DAMACENO:99896117187
Autoridade Certificadora Emissora	AC SAFEWEB RFB v5
Validade	19/12/2022 a 19/12/2023

Qualificação do Assinante	Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)
Tipo do Certificado	Pessoa Jurídica
CPF / CNPJ	023.711.844-03
Nº de Série do Certificado	8218989832214320657
Nome do Signatário	SANTAFE IDEIAS INTELIGENTES EM MARKETING E COMUNI:37998358000165
Autoridade Certificadora Emissora	AC SAFEWEB RFB v5
Validade	27/12/2022 a 27/12/2023



**ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**1 - ÍNDICE LIQUIDEZ GERAL**

$$LG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LG = \frac{3.476.536,88 + 427.156,71}{1.994.215,91 + 1.603.196,57} = 1,09$$

**2 - ÍNDICE SOLVENCIA GERAL**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{5.109.252,02}{1.994.215,91 + 1.603.196,57} = 1,42$$

**3 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{3.476.536,88}{1.994.215,91} = 1,74$$

Brasília – DF, 31 de Dezembro de 2022

GERALDO MAURICIO  
PEREIRA  
JUNIOR:02371184403

Assinado de forma digital por  
GERALDO MAURICIO PEREIRA  
JUNIOR:02371184403  
Dados: 2023.05.23 09:57:46 -03'00'

GERALDO MAURÍCIO PEREIRA JÚNIOR  
Sócio Administrador - CPF 023.711.844-03

PATRICIA DA SILVA  
DAMACENO:9989611  
7187

Assinado de forma digital por  
PATRICIA DA SILVA  
DAMACENO:99896117187  
Dados: 2023.05.23 09:57:19 -03'00'

PATRICIA DA SILVA DAMACENO  
CONTADORA - CPF 998.961.171-87 - CRC DF- 027867/O-1

## RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

### IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

<b>NIRE</b> 53200640635	<b>CNPJ</b> 37.998.358/0001-65	
<b>NOME EMPRESARIAL</b> SANTAFE IDEIAS E COMUNICACAO LTDA		

### IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

<b>FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL</b> Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	<b>PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO</b> 01/01/2022 a 31/12/2022
<b>NATUREZA DO LIVRO</b> Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	<b>NÚMERO DO LIVRO</b> 33
<b>IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)</b> C0.25.31.93.3D.B4.DC.D0.56.79.7E.47.55.84.7C.BA.1B.93.5E.FB	

### ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	99896117187	PATRICIA DA SILVA DAMACENO:9989611718 7	896653637722290225 1	19/12/2022 a 19/12/2023	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	37998358000165	SANTAFE IDEIAS INTELIGENTES EM MARKETING E COMUNI:3799835800016	821898983221432065 7	27/12/2022 a 27/12/2023	Sim

### NÚMERO DO RECIBO:

C0.25.31.93.3D.B4.DC.D0.56.79.7E.47.  
55.84.7C.BA.1B.93.5E.FB-9

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 23/05/2023 às 01:54:08

F4.A5.7D.88.41.AB.D3.0C  
03.6D.37.41.4C.AE.0B.28

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.